

# humanitas

Vol. LX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. LX



A introdução trata especificamente o objecto da tradução, o livro VII, sobre o usufruto. Martha Elena Montemayor Aceves começa por abordar os juristas clássicos, sobretudo tardios, que serviram de fonte; a ordem interna do livro no que diz respeito a temas e rubricas; os padrões de selecção e sistematização seguidos pelos compiladores de Justiniano; para se centrar depois na descrição particularizada do conteúdo de cada um dos nove parágrafos.

Para a tradução, acompanhada de notas-de-rodapé explicativas, foi elaborada sobre a edição dos *Digesta Iustiniani* de Theodorus Mommsen in *Corpus Iuris Civilis* I, Dublin/Zurich, Weidmannos, 1973. Um instrumento de apoio bastante útil para quem consulta a tradução encontra-se no índice de juristas, que inclui, para cada caso, uma resenha biográfica, em alguns casos alargada. A terminar o livro, a bibliografia distribui-se entre fontes (as edições consultadas) e bibliografia geral, que integra estudos vários sobre a história do direito romano, sobre o *Digesto* em particular e sobre terminologia.

JOSÉ LUÍS LOPES BRANDÃO

MONTEMAYOR ACEVES, Martha Elena, *Comparación de leyes Mosaicas y romanas*, traducción, introducción e índice de palabras anotado, México, UNAM, 2006, 193 pp. ISBN 970-32-3232-9

Trata-se da primeira tradução completa em castelhano de *Mosaicarum et Romanarum legum collatio*, destinada a qualquer leitor interessado em direito romano, não necessariamente especialista. No Preâmbulo, a autora insere a obra no contexto das compilações jurídicas pós-clássicas. Crê-se que parte conservada, num total de dezasseis títulos, pertence ao primeiro livro da obra, como diz a autora na introdução alargada. Trata-se de direito penal, à excepção do título dezasseis que versa sobre direito privado. A ordem de apresentação é a do decálogo (*Êxodo* 20.3-17): no cabeçalho de cada título vem a referência à lei mosaica, seguida das citações do direito romano – primeiro os *iura*, fragmentos de conhecidos juristas romanos, e depois as *leges*, isto é, constituições imperiais. Mais do que uma comparação, trata-se de uma justaposição, o que, por si só, convida, desde logo, à comparação, como sugere Martha Elena Montemayor Aceves.

Além destas explicações de introdução geral à obra, úteis sobretudo para quem não é especialista de direito romano, a autora trata ainda, na introdução, a ordem sistemática da obra, no que se refere aos âmbitos do direito romano e das leis mosaicas (na parte conservada, a partir de “não matará”, segundo uma ordem que parece ser mais a cristã que a judaica); as várias hipóteses sobre o problema, até agora insolúvel, da autoria; a finalidade da obra, acentuando a função apologética; as várias suposições sobre a data de composição (entre os séc. IV-V); o elenco dos manuscritos e das edições; as fontes da lei mosaica e os juristas

romanos; os possíveis modificações ou acrescentos posteriores; uma sinopse da obra, título por título; e, por último, as conclusões da autora sobre o autor (um só autor, incógnito, mas cristão), sobre a finalidade da obra (jurídica e apologética) e sobre a data da composição (séc. V, com um *terminus ad quem* de 438).

O tradução, acompanhada do texto latino, segue a edição de Mommsen in P. Krüger et al., *Collectio librorum iuris anteiustiniani*, III, Berlin, Weidmannos, 1980, 108-198. No final, apresenta-se um índice de palavras, que abarca sobretudo termos jurídicos, e uma bibliografia.

O estudo do direito romano e da sua transmissão, neste caso através do cristianismo, conhece nesta obra mais um excelente contributo de Martha Elena Montemayor Aceves, autora também de uma tradução de outra colecção de *iura* e *leges* também anterior aos *Digesta*, que ficou conhecida como *Fragmenta Vaticana* (2003).

JOSÉ LUÍS LOPES BRANDÃO

MOORE, Kenneth Royce, *Sex and the Second-Best City. Sex and Society in the Laws of Plato*, New York/London, Routledge, 2005, 314 pp. ISBN: 0-415-97273-6

O estudo que aqui apresentamos é, de alguma forma, justificado pelas frases com que o seu A. inicia o primeiro capítulo: “Let no one say that we have reached every conclusion about human sexuality. The topic remains in the crucible of modern cultural theory and is hotly debated in all media.” (p. 1). Com efeito, depois dos estudos matriciais de M. Foucault nesta área, muitos têm sido os trabalhos dedicados às questões da sexualidade no Mundo Antigo. Entre nós, realizou-se inclusivamente, há poucos meses, numa organização conjunta da área de História Antiga da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, o colóquio “A Sexualidade no Mundo Antigo”, que reuniu mais de três dezenas de especialistas nacionais em problemáticas da Antiguidade, comprovando a vitalidade e a actualidade do tema. Há ainda que ter em conta que determinadas correntes epistemológicas, como os *Cultural Studies* e os *Gender Studies*, têm também contribuído para este desenvolvimento, ao se terem associado aos Estudos Clássicos em praticamente todo o espaço académico.

O livro de K. R. Moore é mais um exemplo desse interesse. O próprio A., aliás, assume, que o seu trabalho é o produto resultante da simbiose metodológica das escolas referidas com as *Marxist-Feminist Theories*, a *Queer Theory* e, claro está, as Clássicas. Uma proposta deveras interessante, ainda que naturalmente discutível na perspectiva epistemológica. O perigo do anacronismo ideológico será, eventualmente, o que mais ameaça tal intenção.